



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2021
(Da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle)

Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre a conclusão de que o governo Bolsonaro é a principal fonte de desinformação sobre a pandemia no Brasil conforme relatório do estudo “infodemia e covid-19” da ONG Artigo 19.

Senhor Presidente,

Solicita-se a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas as seguintes informações:

- i. ao Ministério da Saúde sobre a conclusão de que o governo Bolsonaro é a principal fonte de desinformação sobre a pandemia no Brasil conforme relatório do estudo “infodemia e covid-19” da ONG Artigo 19.

Incumbe salientar que as informações solicitadas decorrem da aprovação do **Requerimento nº 151/2021 – CFFC** (cópia anexa), de autoria do Deputado Leo de Brito (PT/AC), aprovado pelo plenário desta Comissão, em reunião extraordinária do dia 06/07/2021.

Sala da Comissão, 06 de julho de 2021.

Deputado Aureo Ribeiro
Presidente



* C D 2 1 6 4 5 8 9 8 0 6 0 0 *



ANEXO

REQUERIMENTO N° 151 , DE 2021

(Do Sr. Deputado LEO DE BRITO)

Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre a conclusão de que o governo Bolsonaro é a principal fonte de desinformação sobre a pandemia no Brasil conforme relatório do estudo “infodemia e covid-19” da ONG Artigo 19.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministério da Saúde sobre a conclusão de que o governo Bolsonaro é a principal fonte de desinformação sobre a pandemia no Brasil conforme relatório do estudo “infodemia e covid-19” da ONG Artigo 19.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 25 de junho de 2021, O Globo1 divulgou que o governo Bolsonaro é a principal fonte de desinformação sobre a pandemia no Brasil segundo relatório da ONG Artigo 19. Essa é a conclusão do estudo “Infodemia e Covid-19”, que fez 20 pedidos de Lei de Acesso à Informação para o Ministério da Saúde sobre assuntos relacionados à pandemia e classificou 35% das respostas como “informação desonesta” e outros 25% como “desinformação intencional”.

Através da Lei de Acesso à Informação - LAI, a ONG Artigo 19, que desenvolve trabalhos de transparência e acesso à informação, questionou o Ministério da Saúde sobre a crise do oxigênio em Manaus, a disponibilização do aplicativo



* C D 2 1 6 4 5 8 9 8 0 6 0 0 *



TrateCov, vacinação de indígenas, dentre outros assuntos sensíveis ao contexto pandêmico, e comparou as respostas oficiais às declarações públicas de Jair Bolsonaro.

Segundo Ana Gabriela Ferreira, coordenadora de Acesso à Informação e Transparência da Artigo 19, o relatório evidencia que além da disseminação de informações falsas, o governo vem dificultando o fornecimento de dados que deveriam ser públicos.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), as fakes news sobre o novo coronavírus são “mais mortais que qualquer outra desinformação”, pois diante do cenário de uma pandemia para a qual ainda não há imunizante ou medicamento, “o acesso à informação confiável pode significar a vida ou a morte”, lembra o relatório.

Nesse sentido, verificou-se que o Presidente Bolsonaro, ao lado do ex-presidente americano Donald Trump, se tornara símbolos do que a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) classificam como “infodemia”: um estado de multiplicação de informações dissonantes nos espaços que deveriam prover acesso à informação confiável.

Existe não só uma retirada de informações e de sistemas que já eram públicos, mas também um progressivo corte de verbas para coleta e publicização de dados reais. A falta de informação oficial contribui para a criação de narrativas paralelas, por isso entendemos como uma política de desinformação. Não está se investindo só em falar algo, mas retirar a possibilidade de confronto do que está sendo dito, de verificação da realidade, conforme conclusão da ONG.

Dessa forma, faz-se necessário a busca de mais informações do Ministério da Saúde sobre a motivação da desinformação sobre a pandemia no Brasil, conforme revela o estudo da ONG Artigo 19 e se há intenções e/ou providências para o combate à “infodemia” nesse contexto do covid-19.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2021.

Deputado LEO DE BRITO (PT/AC)

